

O BRASIL COLONIAL EM DIVERSOS PRISMAS

Resenha de: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580). 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 586p.

Alexandre Gonçalves do Bonfim¹

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia

Brasil Colonial é uma coletânea de três volumes organizada pelo professor João Luís Ribeiro Fragoso e pela já falecida professora Maria de Fátima Gouvêa. O primeiro é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos mais influentes pesquisadores da historiografia revisionista da economia e da sociedade colonial que ganhou força na década de 1980.² Já Fátima Gouvêa destacou-se como pesquisadora da política e da sociedade colonial, sendo autora do livro *Império das Províncias*, oriundo de sua pesquisa de doutoramento. Juntamente com Fragoso, coordenava a confecção da coletânea *Brasil Colonial* quando faleceu em 2009,³ não podendo ver a obra finalizada: três volumes que reúnem diferentes autores de diversos campos de pesquisa que se debruçam sobre uma temporalidade comum, qual seja, o dito período colonial. O alvo desta resenha é o primeiro volume que concentra suas atenções nos séculos XV e XVI.⁴

João Fragoso, na apresentação geral da coletânea, escreve que o objetivo de *Brasil Colonial* é ser uma coletânea de síntese e de balanço historiográfico. Optou-se, nela, em estudar a América Lusa de forma “profunda” com pesquisas sobre política, economia, administração, a escravidão (indígena e africana), religião, entre outros temas, fazendo

¹ Bolsista da Coordenação de aperfeiçoamento do pessoal de ensino superior, sendo orientado pela Professora Doutora Maria Hilda Baqueiro Paraíso. E-mail: alexandrebonfim90@gmail.com.

²Informações obtidas no Currículo Lattes do autor encontrado através do seguinte link: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4783500E0>>. [Último acesso: 08/08/2014].

³Homenagem. Uma historiadora do Império Português. In: *Revista Tempo*. Volume 13,nº26. Niterói: EDUFF, 2009, p.81. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200015> [Último acesso: 08/08/2014]

⁴ Os três volumes são divididos por cortes cronológicos (volume 1: ca. 1443-1580; volume 2: ca. 1580-1720; volume 3: ca.1729-1821).

com que os volumes nos apresentem muitos dos avanços obtidos pela historiografia colonial nos últimos vinte anos.

O livro é dividido em três partes: *Histórias do Brasil; Povoamento: os cenários da Conquista da América Lusa e Economia e Sociedade*. O único (e extenso, com 66 páginas) texto da primeira parte é o de Hebe Mattos, *Colonização e escravidão no Brasil – Memória e historiografia*. Deve-se notar como, nesse artigo, a autora “historia” o lugar do tema *escravidão* na historiografia do período colonial. Para isso, ela apresenta diversos autores brasileiros e como estes encararam o tema *escravidão* e o “sentido do colonial”. Mattos ainda defende a necessidade de se conectar a historiografia política e administrativa colonial de cunho revisionista com a historiografia da *escravidão*, no intuito de entender as especificidades dessa instituição no período colonial.

A segunda parte do livro é composta de textos que não se debruçam diretamente na sociedade da América Portuguesa, mas que abordam questões que são importantes para entendermos o Brasil que começou a se desenhar no século XVI, o que explica o começo do recorte do volume aqui resenhado ser o século XV. Nessa parte, encontramos a contribuição do professor francês Jean Frederic Schaub.⁵ Em seu texto, o autor discorre sobre o Portugal que chegou ao Brasil, eivado, ainda, de concepções do mundo medieval. É em um contexto de perseguição de outras etnias e credos que os portugueses chegam ao território brasileiro para colonizá-lo. Colonização essa que o professor português António Manuel Hespanha defende ser influenciada pelo corporativismo característico do Antigo Regime português. No artigo denominado *Corporativismo e Estado de polícia como modelos das sociedades euroamericanas do Antigo Regime*, Hespanha e José Manuel Subtil entendem que o regime político português compósito e diferenciado que se autorregulava foi importante para manutenção da soberania portuguesa na América. Essa forma de pensar o governo foi, aos poucos, substituída, no século XVIII, pelo Estado de Polícia, o qual adotou padrões de normalização do “bom governar”.

No capítulo 4, *Os índios na formação da Colônia: uma abordagem crítica*, João Pacheco de Oliveira analisou a tessitura da sociedade colonial não pela ótica do europeu, mas através da noção de “encontro colonial”. Texto dotado de informações interessantes, inclusive sobre como se formou as sociedades indígenas antes da chegada dos europeus. Aqui o autor indica como o nativo foi um fator fundamental para colonização no século XVI, seja como parceiro bélico e comercial (ou inimigo), seja como mão de obra.

⁵ O texto de Jean-Frederic Schaub tem como título *A Europa da expansão medieval – Séculos XIII a XV*.

Manolo Florentino, no capítulo 5, *Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800)* nos traz importantes informações do comércio negreiro. É interessante, na abordagem de Florentino, o cuidado que este teve em mostrar como os traficantes europeus impulsionaram a instituição da escravidão já existente na África, provocando dessa maneira intensas transformações de cunho político, econômico, social e cultural em diversos pontos do continente. Já no capítulo 6, *A Europa que atravessa o atlântico 1500-1625*, a professora portuguesa Mafalda Soares da Cunha intenta fazer um panorama geral do processo de emigração dos europeus para a América pelo Atlântico, elencando, ao focar no caso da América Portuguesa, os motivos que os levavam a fazer a travessia, a origem social dos portugueses, as dificuldades e as estratégias para sobrevivência e ascensão social, além de indicar a presença de outros europeus no Brasil quinhentista, bem como de portugueses em outros pontos da América.

Na terceira parte do livro, denominada *Economia e Sociedade*, observa-se que os autores se utilizam de diversas informações para nos apresentar um panorama geral da sociedade da América Lusa no século XVI, além de desenvolverem interessantes debates. Elisa Frühauf Garcia, no texto *Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial*, destaca como o Regimento de Tomé de Souza e outros registros legislativos mostram a preocupação por parte da Coroa com os indígenas. O binômio índio aliado/inimigo e o conceito de “guerra justa” serviam de justificativa para os portugueses enfrentarem e escravizarem os autóctones resistentes. Mas Fruhauf indica como os indígenas também utilizavam essa legislação e o contato com o português no intuito de realizar suas demandas. Ainda tratando do contato entre europeus e indígenas, Ronaldo Vainfas, no oitavo capítulo denominado *A tessitura dos sincretismos: mediadores e mesclas culturais*, aponta como a figura dos mediadores culturais, ou seja, indivíduos como os náufragos e degredados, jesuítas, índios e mamelucos influenciados pelos dois mundos (o nativo e português) foram essenciais para a constituição da sociedade quinhentista luso-brasileira.

O capítulo 9, *Narrativas quinhentistas sobre o Brasil e os Brasis*, escrito por Andrea Daher identifica diversas representações sobre o Brasil em escritos produzidos por distintos agentes como Pero de Magalhães Gândavo e seu projeto de uma história das partes brasílicas os jesuítas e suas representações acerca das características do gentio e das formas de convertê-lo passando, ainda, pelos relatos dos protestantes franceses que encaravam os indígenas como “bons selvagens”.

O capítulo 10, intitulado *Catequese, aldeamentos e missionação*, aborda como se deu a instituição dos aldeamentos no Brasil a partir do século XVI. A autora Maria Regina Celestino de Almeida indica como as aldeias administradas pelos jesuítas foram incentivadas pelo Governo Geral que trouxe a Companhia para América Lusa. Dentro do contexto de aliança entre Igreja e Coroa firmado no *padroado*, os aldeamentos respondiam a demanda de conquista de fiéis para o catolicismo através da catequese dos indígenas, mas também tinha como função disciplinar a potencial mão de obra para os colonos. É fundamental destacar o enfoque que a autora dá aos usos que os nativos faziam da condição de aldeados para o proveito próprio, pontuando os autóctones como sujeitos de sua própria história.

O texto *Igreja, inquisição e religiosidades coloniais*, escrito por Georgina Silva dos Santos e Ronaldo Vainfas apresenta um panorama acerca das manifestações religiosas do Brasil. A análise demonstra como a Igreja Católica se institucionalizou progressivamente no Brasil por meio da instalação dos bispados e arcebispados e a importância das irmandades leigas para o catolicismo no Brasil. Todavia, os autores não se esquecem da análise de manifestações de outras religiosidades como as africanas e as judaicas, do sincretismo e dos conflitos exemplificados através da análise da ação inquisitorial.

Por fim, no capítulo 12, intitulado *Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais*, escrito por Francisco Carlos Cosentino, se discute como se deu a progressiva instalação das instituições jurídicas e administrativas do Brasil quinhentista. Obedecendo ao pluralismo administrativo característico, Portugal “experimentou” diversas estratégias para colonização do Brasil. Interessante notar como o autor aponta os bons posicionamentos dos donatários das doações de 1530 na Corte e como o governo geral era um cargo de alta importância dentro da ordem política do Império Português. Ele termina o capítulo apontando como, no processo de constituição progressiva do governo geral, houve uma maior dinamização da colonização portuguesa, destacando o papel das vilas câmaras e misericórdias para a manutenção da posse portuguesa na América.

Os historiadores não podem estar alheios à sua realidade. Estes devem auxiliar a sociedade a pensar suas questões prementes. O volume 1 de *Brasil Colonial* se apresenta como uma resposta, dos pesquisadores que colaboraram com sua feitura, a essa tarefa. Isso se observa no amplo leque de assuntos que foram descritos mais acima, assuntos estes que nos ajudam a explicar algumas questões atuais. Textos relativos à escravidão,

acerca do cristianismo e o contato deste com outras manifestações religiosas e a relação da colonização portuguesa com o mundo indígena permite a qualificação dos debates contemporâneos relativos a cotas raciais nas universidades e concursos públicos, a intolerância religiosa e a demarcação das terras indígenas, por exemplo. Assim, pode-se afirmar que a coletânea cumpre com a meta de atingir o público em geral, com temas relativos ao período colonial que permitem uma reflexão mais criteriosa da sociedade brasileira.

Uma crítica válida remete a falta de uma maior utilização das fontes históricas nos textos. O uso da documentação permitiria o conhecimento maior, por parte do leitor leigo, do trabalho do historiador, bem como indicaria, ao pesquisador do período colonial, fundos e coleções documentais interessantes para sua pesquisa, além de incentivar novos estudos sobre a América lusa.

No entanto, *Brasil Colonial I* se apresenta como uma boa leitura para todos que se interessam pelo primeiro século de colonização e pelas mentalidades envolvidas nesse período da história da América portuguesa. As treze análises apresentadas no volume possuem um amadurecimento teórico notável, além de possuírem uma leitura agradável, respondendo a necessidade da coletânea de ser uma obra acessível ao público em geral, sendo excelente ferramenta para questionar consensos e desmontar mitos arraigados na consciência histórica dos brasileiros.